

**EDUCAÇÃO E QUESTÃO AMBIENTAL: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS NA CONSTRUÇÃO
DE FORMAS DE RESISTÊNCIA DIANTE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL**

**EDUCACIÓN Y CUESTIÓN AMBIENTAL: DIÁLOGOS NECESARIOS EN LA
CONSTRUCCIÓN DE LAS FORMAS DE RESISTENCIA DELANTE DE LA CRISIS
SOCIOAMBIENTAL**

**EDUCATION AND THE ENVIRONMENTAL ISSUE: NECESSARY DIALOGUES IN THE
CONSTRUCTION OF FORMS OF RESISTANCE TO FACE THE
SOCIOENVIRONMENTAL CRISIS**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44392>

Adalberto Penha de Paula¹

Marina Comerlato da Rosa²

Resumo: A crise social e ambiental vem se intensificando de forma avassaladora e no atual momento, dada a estrutura e conjuntura societária, tem-se percebido de forma mais intensa os seus efeitos. Objetiva-se apresentar elementos que ajudem a compreender o cenário atual da relação entre ser humano e natureza. Propõe-se uma abordagem metodológica de natureza bibliográfica, documental e uso das categorias da análise de conjuntura. Enquanto base epistemológica sustenta-se do materialismo histórico-dialético. Considera-se a necessidade de estratégias de resistência e alternativas a partir de uma educação/formação humana emancipadora que produza novas relações socioambientais.

Palavras-chave: Questão socioambiental. Emancipação. Escola. Formação Humana. Análise de Conjuntura.

Resumen: La crisis social y ambiental viene intensificándose de forma abrumadora y en el actual momento, dada la estructura y coyuntura societaria, se tiene percibido de forma más intensa sus efectos. Se objetiva presentar elementos que ayuden a comprender el escenario actual de la relación entre ser humano y naturaleza. Se propone un abordaje metodológico de naturaleza bibliográfica, documental y uso de las categorías de análisis de coyuntura. Mientras base epistemológica se sustenta del materialismo histórico-dialéctico. Se considera la necesidad de estrategias de resistencia y alternativas a partir de una educación/formación humana emancipadora que produzca nuevas relaciones socioambientales.

Palabras clave: Cuestión socioambiental. Emancipación. Escuela. Formación Humana. Análisis de Coyuntura.

Abstract: The social and environmental crisis has intensified astoundingly and currently, due to our society structure and scenery, its effects have been noticed more intensely. This study aims to present elements that promote understanding of the current situation of the relationship between human beings and nature. The methodological approach is bibliographic, documental and employs situation analysis categories. The historical-dialectical materialism provides the epistemological base for the discussion of the need for resistance strategies and alternatives from an emancipatory human education that can result in new socioenvironmental relations.

Keywords: Socioenvironmental issue. Emancipation. School. Human Education. Situation Analysis.

Introdução

A questão ambiental está entre os assuntos mais abordados atualmente, com amplo debate na sociedade civil, bem como na agenda política do Estado. Considerando os diversos setores da sociedade que se envolvem nessa questão, diante dos múltiplos interesses, tem se acentuado as disputas de narrativas e ação em torno da problemática ecológica (HACON; LOUREIRO, 2014). Com o surgimento da pandemia da Covid-19, causado pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), percebe-se um avanço nos debates que se referem a crise socioambiental de escala planetária. Somada a pandemia, têm-se outros problemas de ordem ambiental, que historicamente vem se agravando, como: exploração predatória da natureza que causa a perda da biodiversidade, as mudanças climáticas, as crises sanitárias e de saúde, o surgimento de novas pandemias, o êxodo e/ou expulsão das comunidades tradicionais e ancestrais de populações quilombolas, camponeses, indígenas, ribeirinhas dos seus territórios, dentre outras situações conforme o território e as disputas locais e globais.

O ser humano necessita conviver mutuamente com a natureza, respeitando as diferentes formas de manifestação da vida, tendo um relacionamento integrado entre as diversas espécies. Mas o que se tem percebido nas últimas décadas é que esta relação equilibrada e de respeito está cada vez mais conflituosa e desigual, visto que a estrutura social se organiza a partir de um sistema baseado na exploração humana e da natureza. “O sistema de produção capitalista surgiu ancorado em dois fundamentos básicos inter-relacionados: crescimento das forças produtivas sob a apropriação privada e acumulação de riqueza na forma de capital.” (HACON; LOUREIRO, 2014, p. 60).

Assim, diante de um cenário socioambiental afetado por ações antrópicas que avança no sentido de um colapso ambiental, que segundo Marques (2015, p.52) “não é possível evitar [...] se não formos capazes de superar o capitalismo [...]”, torna-se indispensável analisar e compreender a questão ambiental a partir de diferentes dimensões da vida, isto é, política, social, cultural, econômica, educacional entre outras. Em relação a dimensão da educação é preciso compreendê-la no seu sentido amplo, como totalidade (KOSIK, 1986), formação do ser social (LUKÁCS, 2012), formação humana crítica a partir da práxis (KONDER, 2018; VAZQUEZ, 2011), considerando que a educação pode contribuir nos processos de superação das crise socioambiental.

No entanto, é preciso considerar a necessidade de um projeto educativo emancipador, fundado em uma concepção de educação que possa “[...] ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam com a lógica mistificadora do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 48), deste modo podendo contribuir enquanto uma das estratégias possíveis de superar a crise ambiental e social, alinhado com um projeto societário anticapitalista.

Frente a uma concepção de educação ampla, vislumbra-se novas relações no que se refere ao conhecimento, ciência e trabalho, superando a sua fragmentação estabelecida pelo próprio capital (MARX, 2020). Para tal é necessário que se reconheça o trabalho como princípio educativo (GRAMSCI, 2006; FRIGOTTO, 2014), se produza outro sentido na tríade natureza – ser humano – conhecimento (MARX, 2020), reconhecendo a categoria trabalho dado sua essência na constituição do ser humano e da sociedade

em si, visto que “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza [...]”. (MARX, 1983, p. 149).

Como parte da natureza e ao mesmo tempo distinto dela, o ser humano tem que, ao responder às suas necessidades, educar seus instintos e cuidar desta mesma natureza. Uma direção oposta à ética do capital, que tudo submete na busca do lucro destruindo os mais elementares direitos e as bases da vida, mediante a degradação do meio ambiente. (FRIGOTTO, 2014, p. 119).

Isto posto, a questão problematizadora que orienta este estudo é: para além da finalidade de escolarização da escola, este território educativo pode contribuir na formação de sociedades sustentáveis no sentido de uma relação socioambiental emancipadora? Enquanto percurso metodológico para alcançar o objetivo de discutir as possibilidades de construção de uma sociedade que tenha como um dos seus pilares a relação educação e questão socioambiental numa perspectiva emancipadora, utilizou-se da abordagem de natureza bibliográfica e documental fundamentada em Severino (2007) e Moreira e Caleffe (2006), além do uso das categorias de análise de conjuntura de Souza (2005).

O aporte teórico para se refletir e fazer as análises necessárias em relação a natureza, conhecimento e ser humano utilizou-se de Foladori (1999; 2001; 2008), Frigotto (2014) e Löwy (2009). Para dialogar sobre a formação humana emancipadora e as práticas educativas Tonet (2005; 2014), Mészáros (2008) e sobre a sustentabilidade na relação com os processos educativos Loureiro (2012; 2016). Por fim, este estudo se justifica-se visto a importância de repensar e/ou ressignificar as finalidades da escola para além da escolarização, de tal modo que possa ser o território de práticas sociais e educacionais articuladas com a realidade no enfrentamento de práticas sociais que agravam a crise socioambiental.

Este texto, além desta Introdução, organiza as discussões a partir dos seguintes tópicos: Análise de conjuntura e a questão socioambiental, que visa apresentar as categorias da análise de conjuntura a partir do contexto socioambiental, evidencia-se que tal forma de leitura da realidade contribui significativamente para uma compreensão mais aprofundada deste contexto específico. Na sequência tem-se o tópico Formação emancipadora e a questão educacional, que estabelece discussões em torno do projeto educativo que sustenta a escola capitalista e aponta a necessidade de romper com este tipo de escola a fim de articular uma nova forma de escola a outro projeto societário que tenha a o respeito a natureza e ao ser humano com um dos seus pilares. E por fim, as Considerações Finais, que apontam que para uma educação emancipadora é preciso articular-se com outras dimensões da vida social, no caso em debate, a questão socioambiental, a noção de sociedades sustentáveis deve ser parte de um projeto mais amplo de ruptura com modelos ambientais e sociais que visam a exploração e degradação da natureza e dos seres humanos.

Análise de Conjuntura e a Questão Socioambiental

A crise socioambiental vem se intensificando de forma avassaladora, fato que tem sido alertado há muitos anos e que no atual momento histórico a sociedade tem percebido de maneira mais intensa os efeitos decorrentes da ação antrópica. Estas que se expressam no âmbito local e global, atingem diferentes dimensões da vida, tais como a ambiental, a política, a social, a cultural, econômica e a educacional.

Também é fato reconhecido por diversos setores da sociedade, que tal agravamento da crise socioambiental se dá em virtude do modelo societário que vivemos, ou seja, baseado na exploração no ser humano e da natureza, isto é, o capitalismo na sua forma mais devastadora e aniquiladora da vida.

As atuais crises econômica e ecológica são parte de uma conjuntura histórica mais geral: estamos enfrentando uma crise do presente modelo de civilização, a civilização ocidental moderna capitalista/industrial, baseada na expansão e acumulação ilimitada de capital, na 'mercantilização de tudo', na intensa exploração do trabalho e da natureza, no individualismo e competição brutais, e na destruição massiva do meio ambiente. A crescente ameaça de ruptura do equilíbrio ecológico aponta para um cenário catastrófico - o aquecimento global - que coloca em perigo a sobrevivência mesma da espécie humana. Enfrentamos uma crise de civilização que demanda uma transformação radical. (LÖWY, 2009, p. 50).

Para compreender a sociedade capitalista na relação com as questões ambientais, no sentido de novas formas de desenvolvimento, de produção e reprodução social, entende-se a necessária leitura da realidade a partir do materialismo histórico – dialético. Cujas propostas pressupõe considerar os processos dos fenômenos, que orienta uma prática para além de uma visão utilitarista da teoria, mas enquanto dimensão da realidade em si, que se configura a unidade entre atividade humana e conhecimento. (SUCHODOLSKI, 1976). Ao submeter este paradigma sócio filosófico, isto é, o materialismo histórico – dialético para estudar as questões ambientais, ele “subordina a relação sociedade/natureza às contradições produtivas no interior da sociedade humana” (FOLADORI, 1999, p. 83), o que pode dar sinais mais concretos desta realidade em si, pois há uma relação intrínseca entre ser humano e natureza, como afirma Marx³.

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2010, p. 84)

Neste sentido de disputas, da luta de classes, que percebemos os enfrentamentos para garantir, de um lado a sobrevivência dos povos do campo, das águas e das florestas, ou seja, camponesas/es, quilombolas, indígenas, pescadoras/es artesanais, ribeirinhas/os entre outras identidades que vivem e trabalham na perspectiva da justiça social e ambiental, juntamente como os trabalhadores dos territórios urbanos, mais especificamente, àqueles que estão à margem, nas periferias das cidades. E do outro lado grupos organizados de setores dominantes da sociedade, que visam somente a exploração desenfreada e degradação dos bens naturais, como os vinculados ao agronegócio, mineradoras, hidrelétricas, pesca industrial, corporações empresariais dentre outros grupos que visam ampliar sua dominação para manter suas riquezas às custas da exploração. Em síntese os bens naturais “são fonte de sobrevivência para os povos e ao mesmo tempo fonte de acumulação de lucros para grandes corporações”. (ACSELRAD, 2013, p. 12).

Diante deste contexto, o planeta, na atualidade, vem sentindo fortemente os impactos e consequências das inúmeras ações humanas, que ao longo da história não buscaram estabelecer um relacionamento integrado com a natureza, mas sim de violência e exploração. Tais ações e

comportamentos antrópicos confirmam que no momento não vivemos um colapso socioambiental enquanto algo pontual, um evento, vive-se um processo que está em movimento há muitos anos (ALHO, 2012; BARCELLOS *et al.*, 2009; FREITAS *et al.*, 2014; JACOBI; LAUDA-RODRIGUEZ; MILZ, 2019).

Percebe-se este processo ao analisar historicamente as questões ambientais com o aquecimento global e a dizimação da biodiversidade (BARCELLOS *et al.*, 2009; JACOBI; LAUDA-RODRIGUEZ; MILZ, 2019), as questões sociais com o avanço da miséria e fome de diversas populações em escala global, violências aos povos e comunidades tradicionais, mais fortemente quilombolas e indígenas, no caso brasileiro e das populações urbanas que vivem nas periferias. E por fim, as questões sanitárias, onde houveram diversos surtos globais como a gripe Aviária, gripe Suína, Ebola, Zika Vírus entre outras e agora mais recentemente a Covid-19 que podemos considerar a maior pandemia do século XXI. Vale ressaltar que “a modificação de ecossistemas naturais torna o ambiente mais suscetível para o aparecimento de doenças”. (ALHO, 2012, p. 157).

Dessa maneira, fica evidente que a crise socioambiental agravada na atualidade tem suas raízes na ação humana e que se relaciona com outras dimensões para além das questões ambientais em si, ou seja, política, cultural, social, econômica e educacional. Somente numa perspectiva de totalidade e contradições das relações entre estas dimensões, é possível uma compreensão crítica e dialética deste contexto. Com o entendimento coeso da realidade é possível apontar possíveis alternativas para outras e novas relações entre ser humano e natureza, visando um conjunto de práticas que tenham como princípio fundante a emancipação a partir da práxis, como “[...] atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos”. (KONDER, 2018, p. 123).

Busca-se assim, os elementos necessários para compreensão da realidade concreta para este estudo, seguindo os pressupostos da Análise de Conjuntura (AC), isto é:

[...] mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse. [...] é não somente parte da arte da política como é em si mesma um ato político. [...] é uma tarefa complexa, difícil e que exige não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes e disponíveis de uma situação determinada, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências a partir dos dados e das informações. (SOUZA, 2005, p. 8)

A seguir apresenta-se elementos da AC a partir da questão socioambiental, de modo que se possa apreender uma leitura mais crítica e coerente da realidade. No processo de compreensão da realidade a partir da AC, Souza (2005) indica cinco categorias: acontecimentos, cenários, atores, relações de força, articulação (relação) entre estrutura e conjuntura. Estas que têm definições particulares, no entanto a totalidade destas categorias apresentam os elementos necessários para o desvelamento de determinado contexto, no caso em estudo, da questão socioambiental.

No que se refere aos acontecimentos, Souza (2005), salienta a importância de distinguir acontecimentos de fatos, estes que são situação que ocorrem cotidianamente na vida das pessoas, do ponto de vista mais individual, do sujeito. Já os acontecimentos, se relacionam com elementos da vida

social, mais amplos e são importantes, determinantes para um grupo social, um país, uma classe e até mesmo para uma pessoa, ou seja, tem relação com uma totalidade maior (PAULA, 2019).

Os cenários são os espaços onde se dão a vida social e política relacionadas as ações, tem um caráter dinâmico e de constante mudança, se modificam conforme a luta, os interesses dos atores (PAULA, 2019). Pode-se denominar a categoria atores como algo que tem uma dimensão individual ou coletiva, podendo ser uma representação relacionada a determinada classe, país, coletivos, grupos a partir de alguém (SOUZA, 2005). A relação de força se dá diante da constatação da relação entre os atores, que conforme Souza (2005, p. 3) “[...] podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação”.

A categoria articulação (relação) entre estrutura e conjuntura se dá mediante a compreensão do seguinte processo “[...] os acontecimentos, a ação desenvolvida pelos atores sociais, gerando uma situação, definindo uma conjuntura, não se dão no vazio: eles têm relação com a história [...] com relações sociais, econômicas e políticas [...]”. (SOUZA, 2005, p. 14). São possíveis duas formas de leitura da conjuntura, uma oriunda das classes subordinadas, que se opõe ao poder dominante e outra do ponto de vista da classe dominante, da lógica do poder (SOUZA, 2005).

Buscando aproximar e dar sentido a AC na relação com as questões socioambientais, identifica-se na Quadro 1 as suas categorias no contexto do estudo realizado.

Quadro 1 – Categorias da análise de conjuntura e o contexto da questão socioambiental

Categorias	Contexto da questão socioambiental
Acontecimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento dos movimentos sociais e populares em defesa da natureza • Retrocessos das políticas públicas ambientais • Avanço das empresas do processo de degradação dos bens naturais • Criminalização e violência contra as populações quilombolas, camponeses, indígenas, ribeirinhas entre outros que dependem da natureza para sua sobrevivência.
Cenário	<ul style="list-style-type: none"> • Devastação das florestas • Aquecimento global • Crise sanitária e da saúde com as pandemias • Comunidades tradicionais e ancestrais de populações quilombolas, camponeses, indígenas, ribeirinhas entre outras
Atores	<ul style="list-style-type: none"> • Estado • Movimentos Sociais e Populares • Povos do campo, das águas e das florestas e comunidades Tradicionais • Empresários • Agentes políticos eleitos
	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto socioambiental dos povos do campo, das águas e das florestas • Ações e interesses do Estado e dos empresários frente as questões

Relação de Força	ambientais <ul style="list-style-type: none"> • As políticas ambientais
Articulação (relação) entre a Estrutura e a Conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> • Modo de vida dos povos do campo, das águas e das florestas • Projeto do Estado para a questão ambiental • Projeto dos povos do campo, das águas e das florestas em relação as questões socioambientais e a relação com os bens naturais

Fonte: Autores (2021) a partir de SOUZA (2005) e PAULA (2019).

O esforço de identificar na Quadro 1 as categorias acontecimentos, cenários, atores, relações de força, articulação (relação) entre estrutura e conjuntura relacionados a questão socioambiental, oferece uma chave de leitura da realidade para superar concepções que se limitam a aparência do fenômeno, “[...] sendo essa aparência um nível da realidade e, por tanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e dinâmica) do objeto”. (NETTO, 2011, p. 22).

Nesta perspectiva, aponta-se dois elementos, entre muitos outros possíveis, que contribuem para o agravamento do colapso socioambiental em dimensões planetárias. O primeiro é a lógica do sistema capitalista, que entende a natureza como meio de produção de mercadoria através da matéria prima visando somente o lucro e o segundo, que se relaciona com o primeiro e que de alguma forma é consequência do desenfreado processo de desequilíbrio dos ecossistemas, pode-se denominar de exploração insustentável dos bens naturais, ou seja, uma retirada sem limites de matéria-prima além da capacidade de reposição dos próprios ecossistemas (FOLADORI, 2008).

Em relação ao projeto capitalista de sociedade o lucro é quem orienta suas ações, a produção de mercadoria em grande escala, para além das necessidades humanas gera inúmeras consequências para a sociedade, como a baixa qualidade dos produtos consumidos, a conhecida obsolescência programada, maior retirada de matéria-prima da natureza, exploração da mão de obra, esta última, relacionada com a retirada de direitos trabalhistas e sucateamento das condições de trabalho.

[...] o capitalismo se desenvolve fragilizando a natureza e a sociedade humana, por que isso não aparece explicitamente no discurso dos ambientalistas e nas discussões sobre o chamado “Desenvolvimento Sustentável”? Talvez a explicação esteja em [...] esperanças sem nenhum fundamento. [...] baseia-se na ideia de que a educação e o convencimento pessoal podem modificar as pautas de comportamento e, especialmente, de consumo. [...] O argumento é que o comportamento consumista esgota os recursos e produz resíduos. Portanto, é necessária uma redução no consumo, principalmente dos países ricos. Esta esperança perde de vista as profundas forças econômicas do capital, que são as que selecionam o quê produzir, onde produzir, com quais tecnologias e a que custo ambiental e social. (FOLADORI, 2008, p. 203)

Assim, é latente a necessidade de romper com a lógica societária que não respeita o ser humano e a natureza, visto que neste projeto de sociedade o capitalismo avança em grandes proporções rumo a degradação humana e da questão ambiental. A ideia de metabolismo social, que também se encontra em Foster (2005), apresentado por Marx, deve ser recuperada de modo que se encontre o equilíbrio entre natureza e ser humano, isto é

[...] o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna. A ação de transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna se manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção. (FOLADORI, 2001, p. 106).

É urgente que se pensem alternativas de superação desta relação destrutiva do planeta, que é confirmada com a divulgação dos estudos relacionados ao aquecimento global, ao aumento de doenças relacionadas ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos, inúmeras zoonoses que tem gerado pandemias, desmatamento das florestas, contaminação das águas, entre outras questões de espectro local e global, que se relacionam e produzem consequências as vezes incontornáveis do ponto de vista de uma geração (ALHO, 2012; BARCELLOS *et al.*, 2009; FREITAS *et al.*, 2014; JACOBI; LAUDA-RODRIGUEZ; MILZ, 2019).

Neste sentido, deve-se pensar em um caminho possível de romper com um sistema social degradante. Discute-se a seguir a importância de um projeto de sociedade baseado em uma concepção de educação emancipadora. Pensar uma escola que está para além dos processos de escolarização, mas sim que dialoga com a realidade, faz parte de um território educativo para além dos seus muros.

Formação emancipadora e a questão educacional

Conforme Loureiro (2012) para se existir uma sociedade com justiça social e ambiental é necessário uma educação a partir da transformação social. Processos educativos que não se vinculem a um projeto de sociedade mais amplo, no sentido de romper com o modelo societário vigente tendem somente a nutrir seu próprio sistema em si. Se a educação não é transformadora, tão pouco contribuirá com outro projeto de sociedade. Assim, repensar a educação só é possível se articulada com a transformação da sociedade, sendo que as práticas educativas devem ser direcionadas para a mudança (MÉSZÁROS, 2008).

Ao se referir a educação, Mészáros (2008) a relaciona com atividades educativas coerentes com processos de formação humana emancipadora de consciência crítica, que conforme Tonet (2014, p.21) estas atividades contribuirão “[...] para que as pessoas possam se engajar na luta pela construção dessa nova sociedade, participando tanto das lutas específicas da dimensão educativa quanto das lutas mais gerais”. Também afirma que

[...] são atividades educativas que permitem compreender a natureza específica da educação, a função social que ela cumpre, suas possibilidades e seus limites. Esta compreensão evitará tanto a supervalorização da educação, que se expressa, muitas vezes, na afirmação de que ela é a responsável fundamental pelo progresso, quanto a desvalorização desta atividade, retirando-lhe qualquer possibilidade de contribuição ativa na luta revolucionária. Se considerarmos que hoje predominam, de um lado, concepções idealistas de educação, que lhe atribuem o papel de elemento fundamental no “desenvolvimento” da sociedade e, de outro lado, concepções que visam meramente adequar esta atividade aos interesses da reprodução do capital, veremos a enorme importância da correta compreensão da natureza específica da educação. (TONET, 2014, p. 20-21)

A educação crítica de caráter transformador, como exposto acima, podem nos remeter a elementos essenciais para se refletir qual educação se quer enquanto projeto de sociedade. Os rumos

necessários a serem definidos para um projeto educativo emancipador, que conseqüentemente estabelece um contexto socioambiental emancipador ou até mesmo na construção de uma fase inicial de sociedades sustentáveis, conforme debatido por Loureiro (2012). Refletir a sustentabilidade dentro do projeto capitalista é compreender um conceito polissêmico é “[...] instigante, complexo e desafiador. Faz-nos pensar sobre múltiplas dimensões e suas relações” (LOUREIRO, 2012, p. 57). Desta forma apresenta-se com um conceito, um campo em permanente disputa conforme as relações de poder e interesses de determinados grupos sociais.

Todavia, mesmo com imensos desafios a serem superados, a educação tem se colocado enquanto portadora de processos transformadores, não numa visão romantizada ou salvacionista, mas sim com uma dimensão da sociedade que tem com o uma das suas finalidades, para além da escolarização, promover uma experiência formativa que visem a sociabilidade. De acordo com Costa e Loureiro (2017), ao buscar relacionar a dimensão educacional com a ambiental é salutar considerar itinerários formativos críticos e emancipadores.

Ao destacar à práxis educativa, crítica e dialógica, é necessário estruturar processos participativos que favoreçam a superação das relações de poder consolidadas e garantir o exercício da cidadania, principalmente daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade socioambiental. [...]. Tendo por base a pedagogia de Freire, a abordagem ambiental sob o enfoque da justiça ambiental e da educação ambiental crítica na América Latina não pode ignorar sua crítica à sociedade capitalista, como também a defesa do respeito aos povos, países e regiões cujas populações vivem em condições subumanas. (COSTA; LOUREIRO, 2017, p. 118)

Assim, a questão problematizadora, posta para este estudo, ou seja, para além da finalidade de escolarização da escola, este território educativo pode contribuir na formação de sociedades sustentáveis no sentido de uma relação socioambiental emancipadora? torna-se cada vez mais urgente no sentido de compreender, para além da aparência, a essência da escola. Buscar a essência é considerar a estrutura e dinâmica do fenômeno, sem desconsiderar a aparência enquanto um momento necessário para compreender a realidade (NETTO, 2011). Então questiona-se em relação a escola: Quais suas finalidades? O que tem realizado (ou não?) para superação do modelo societário vigente? Poderia se posicionar enquanto instituição portadora de processos transformadores?

Contudo, dificilmente encontra-se pistas de respostas relacionadas as questões acima, se não realizar uma análise mais profunda do que é e como se deu a constituição da escola em si. Ao remeter-se a história da educação descobre-se que a escola, desde sua concepção, se constitui nas bases de um escola que atendia interesses da classe dominante, ou seja, uma escola capitalista, contudo que se produz na contradição e que é resultante da luta de classes (CAMINI, 2009). “[...] Destaque-se, ainda, sua vocação elitista a escola capitalista não é para todos. É uma escola de classe”. (FREITAS, 2005, p. 95).

A sociedade a qual está inserida determina quais serão seus objetivos enquanto instituição que deve servir a um projeto mais amplo. A escola capitalista deve ser um dos meios da formação dos trabalhadores/as que vão dar sentido a este projeto de sociedade. A escola deve garantir estratégias de controle e subordinação, de modo que seja reproduzido este comportamento para além da escola. Neste

rumo a educação se apresenta com o objetivo de condicionar uma formação que atenda as demandas do modelo econômico hegemônico e de controle ideológico político da população (FREITAS, 2005).

A escola não apareceu do nada. Foi constituída com uma determinada “forma” ao longo de um processo histórico que vai conformando seus tempos e espaços. [...]. A escola institui seus espaços e tempos incorporando determinadas funções sociais, as quais organizam seu espaço e seu tempo a mando da organização social que a cerca. A escola, portanto, não é um local ingênuo sob um sistema social qualquer. Dela, espera-se que cumpra uma determinada função. (FREITAS, 2003, p. 13-14).

Enquanto forma de atender os interesses da classe dominante, os espaços e tempos das escolas (e por que não as universidades?) se constituem para reproduzir as relações sociais impostas por uma ideologia de subordinação e obediência acrítica. Tecnicamente instrumentaliza, prepara (mesmo com limites) mão de obra qualificada e servil para manutenção do aparato que constitui a sociedade de classes (SAVIANI, 2005). Dentro da estrutura do capitalismo a educação tem suas finalidades bem definidas, articulada com diversos setores dominantes da sociedade. “A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica”. (FRIGOTTO, 1995, p. 25).

Assim, a escola se organiza conforme os interesses de classe, suas concepções, os processos, os conteúdos se dão para além das suas paredes, objetiva reproduzir-se nas diferentes dimensões da vida social (FRIGOTTO, 1995). Porém, por mais que os desafios impostos pelos processos educativos pareçam intransponíveis, há que nutrir o objetivo permanente de ocupar a escola. Torná-la campo favorável à classe trabalhadora, disputá-la a fim de produzir outras experiências e processos formativos transformadores, rumo a emancipação humana e política.

Os limites da escola capitalista têm que ser libertados, para tirar um pouco a ideia de que, se a escola está com tantos limites, então não nos interessa. Sim, nos interessa, porque é um espaço de luta e hoje, cerca de 97,3% das crianças passam por ela. Temos que disputar a escola com o conhecimento de que as mudanças maiores somente se darão com a suspensão das atuais relações sociais. (FREITAS citado por CAMINI, 2009, p. 97).

Superar a sociedade de classe deveria ser um dos objetivos formativos da escola, produzir processos educativos que ensine a importância da luta e construção de uma sociedade não capitalista, que os alunos pudessem conhecer quais os motivos desta luta, o que deve ser combatido, como enfrentar os defensores do capital (PISTRAK, 2000).

A escola, para além dos seus limites, torna-se um território educativo onde é possível superar os paradigmas hegemônicos de formação pautados em lógicas economicistas. É lugar de práticas educativas dialógicas, transformadoras, que contribua no processo de construção de sociedades sustentáveis (LOUREIRO, 2012). O diálogo entre educação e questões ambientais, devem fortalecer processos de repensar e/ou ressignificar as finalidades da escola para além da escolarização. Segundo Loureiro (2012), no que se refere ao conceito de sustentabilidade, mas que podemos assimilar esta definição para pensar uma sociedade contra-hegemônica.

[...] trazendo para o plano social, que um processo ou um sistema para serem sustentáveis necessitam: 1) conhecer e respeitar os ciclos materiais e energéticos dos

ecossistemas em que se realizam; 2) atender a necessidades humanas sem comprometer o contexto ecológico e, do ponto de vista ético, respeitando as demais espécies; 3) garantir a existência de certos atributos essenciais ao funcionamento dos ecossistemas, sem os quais perderiam suas características organizativas; 4) reconhecer quais são seus fatores limitantes preservando-os para não inviabilizarem a sua capacidade de reprodução; 5) projetar a sua manutenção em termos temporais (necessidade de incorporar projeções futuras no planejamento das atividades humanas com base nos saberes disponíveis hoje). (LOUREIRO, 2012, p. 56).

Coerente com as reflexões de Loureiro (2012) pode-se afirmar que, se a sociedade rompe com as formas exploratórias de toda forma de vida (humana ou não humana) diante do paradigma capitalista, não há sentido em discutir uma sociedade sustentável, por natureza e essência da sua concepção a estrutura desta sociedade contra-hegemônica já é sustentável em si mesma. No bojo destas reflexões o diálogo entre a dimensão ambiental e educacional se fazem cada vez mais necessárias. Diálogos fecundos que podem produzir um horizonte de superação do modelo socioambiental vigente, pois a questão ambiental está presente na vida das pessoas, faz parte do seu cotidiano, por mais que muitas não se interessem ou se preocupem com as ações humanas, neste tempo histórico, em relação a natureza.

Entende-se que tais questões socioambientais pareçam alheias ou pontuais na dinâmica educacional, mais especificamente, das escolas, entretanto problematizar e produzir alternativas de superação de toda forma de destruição do meio ambiente, torna-se indispensável na formação humana, principalmente àquelas realizadas pela escola. Pois, é também finalidade da escola oferecer experiências de sociabilidades, criar situações de interação e respeito mútuo, compreensão da diversidade das inúmeras formas de manifestação da vida, desenvolver a capacidade abstrata e concreta de uma cultura para além do que está posto ou aparentemente determinado, em grande parte pelo sistema educacional, pela estrutura da própria escola.

Como estes processos se produzem no âmbito das relações entre seres humanos, a escola é produto da ação humana, assim passível das contradições e conseqüentemente do movimento dialético da história produzida pela humanidade. Enquanto seres do devir e em constante mudança, tanto do ponto de vista particular, quanto da totalidade, defende-se que mesmo dentro de um sistema educativo estruturado para não avançar em atividades educativas emancipatórias (TONET, 2014), que se reflita e articule ações que tenham o concreto, a realidade como ponto de partida de determinado conhecimento a ser apropriado, que se questione as práticas sociais diante dos processos escolares (SAVIANI, 2012).

No que se refere as questões ambientais, percebe-se na escola, ações pontuais e sem nexos com a realidade, como a coleta seletiva, separação de resíduos, reaproveitamento de materiais recicláveis através de artesanato, hortas escolares, redução no consumo de água entre outros. Tais ações, muitas vezes, são realizadas a partir de projetos de educação ambiental de cunho instrumental, sem um olhar crítico o que favorece um paradigma ambiental e social alicerçado na exploração e destruição de todas as formas de vida (LOUREIRO, 2012; 2016). Essas atividades tem sua importância, contudo tornam-se práticas incipientes e reducionistas se realizadas sem a crítica em relação aos problemas mais amplos das questões socioambientais. Conforme as discussões de Netto (2011), sobre a aparência e essência no processo de apropriação do conhecimento, seria compreender estas ações escolares mais pontuais como um nível

inicial, isto é, a aparência. No entanto seria pertinente avançar na busca da essência, a estrutura e dinâmica destes fenômenos a serem apropriados, conhecidos, ou seja, analisar e compreender as questões ambientais presente na sociedade capitalista.

Ao realizar estes tipos de atividades escolares, evidencia-se o caráter de não neutralidade da escola, ela tem uma base ideológica bem estruturada e definida. Superar visões deterministas e superficiais em relação a educação e a questão ambiental, tornam-se necessárias na produção de uma educação emancipadora, estabelecendo novas relações entre sociedade e natureza. É urgente o diálogo entre as diferentes dimensões da vida na luta e construção de uma sociedade que se fundamenta na justiça ambiental e social, no respeito as inúmeras maneiras de vida no planeta.

Considerações finais

O estudo realizado teve como objetivo discutir as possibilidades de construção de uma sociedade que tenha como um dos seus pilares a relação educação e questão socioambiental numa perspectiva emancipadora. Para alcançar este objetivo utilizou-se da abordagem metodológica do tipo bibliográfica e documental, além de orientar pela seguinte questão problematizadora: para além da finalidade de escolarização da escola, este território educativo pode contribuir na formação de sociedades sustentáveis no sentido de uma relação socioambiental emancipadora?

Apresentou-se uma leitura crítica da crise ambiental a partir da análise de conjuntura, identificando os acontecimentos, o cenário, os atores, as relações de força e a articulação (relação) entre conjuntura e estrutura a partir da questão socioambiental, desvelando a realidade e buscando a essência deste contexto na sociedade. Realizou-se uma análise crítica do projeto de educação do capital e a forma que a escola desenvolve suas práticas, conforme as finalidades defendidas pela classe dominante. Isto é, com uma pedagogia fundamentada na lógica mercadológica, buscando promover processos educativos que atendam a demanda do sistema capitalista. Na sequência discutiu-se as possibilidades de uma escola contra hegemônica, no sentido de compreender os limites da escola capitalista

Estas reflexões e análises ofereceram elementos suficientes que possibilitam considerar que, para uma educação emancipadora é preciso articular-se com outras dimensões da vida social, no caso em debate, a questão socioambiental, a noção de sociedades sustentáveis deve ser parte de um projeto mais amplo de ruptura com modelos ambientais e sociais que visam a exploração e degradação da natureza e dos seres humanos.

As problematizações realizadas neste estudo devem contribuir com outros processos educativos que visam a emancipação humana, política e por que não ambiental. Recorrendo-se a urgência de se discutir amplamente com a sociedade a crise socioambiental contemporânea, pois uma visão da totalidade, que considera as contradições sociais e ambientais, oferecem elementos necessário para uma sociedade que tenha como pilares a justiça ambiental, o respeito a diversidade das formas de vida no planeta e a coletividade na produção de resistência e defesa da vida frente a crise/colapso socioambiental.

Agradecimentos

Agradecemos a população brasileira, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pela concessão de bolsa à segunda autora - Código de Financiamento 001.

Referências

- ACSELRAD, H. Apresentação. *In: FÓRUM DOS ATINGIDOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA NAS CERCANINAS DA BAÍA DE GUANABARA (Org.). 50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: Conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal.* Rio de Janeiro: Fase, 2013.
- ALHO, C. J. R. Importância da biodiversidade para a saúde humana: uma perspectiva ecológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 151-165, 2012.
- BARCELLOS, C.; *et al.* Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 3, n. 18, p. 285-304, 2009.
- CAMINI, I. **Escola itinerante: na fronteira de uma nova escola.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- COSTA, A. C.; LOUREIRO, C. F. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 111-121, 2017. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n1/1414-4980-rk-20-01-00111.pdf>
- FOLADORI, G. Marxismo e meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, p. 82-92, 1999. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23683>
- FOLADORI, G. O Metabolismo com a Natureza. **Crítica Marxista**, n. 12, p. 105-117, 2001. Disponível: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf
- FOLADORI, G. A reedição capitalista das crises ambientais. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 17, p. 191-207, 2008. Disponível: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-17-Artigo-07.pdf>
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREITAS, C. M. *et al.* Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 9, p. 3645-3656, 2014. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n9/1413-8123-csc-19-09-3645.pdf>
- FREITAS, L. C. **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas.** São Paulo: Moderna, 2003.
- FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas: Papirus, 2005.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.
- FRIGOTTO, G. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. *In: CALDART, R.S.; ALENTEJANO, P. (Org). MST, universidade e pesquisa.* São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 2: Os Intelectuais. O Princípio Educativo.** Jornalismo. 4 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- HACON, V. de S., LOUREIRO, C. F. B. Estruturas de poder e a questão ambiental: a reprodução da desigualdade de classe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 29, p. 59-69, 2014. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/33142/22437>

- JACOBI, P. R.; LAUDA-RODRIGUEZ, Z. L.; MILZ, B. Natureza em declínio: a advertência do relatório IPBES sobre extinção de espécies. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 1-4, 2019. Disponível: https://www.scielo.br/pdf/asoc/v22/pt_1809-4422-asoc-22-e00003.pdf
- KONDER, L. **O futuro da Filosofia da Práxis**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 4º Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986
- LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOUREIRO, C. F. B. O dito e o não dito na “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” promovida pela Unesco. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.11, n. 2, p. 58-71, 2016.
- LÖWY, M. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 28, p. 35-50, 2009.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- MARX, K. O método da economia política. *In*: MARX, K. **Contribuição crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MARX, K. Forças Naturais, Ciência e Humanidade (1861-1863). *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; CALDART, R. S. (Orgs.). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia para o Professor Pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PAULA, A. P. de. **Relações entre educação do campo e o território**: significados da escola da/ilha para uma comunidade tradicional de Guaraqueçaba no litoral do Paraná. 2019. Orientadora: Leilah Santiago Bufrem. 257f. Doutorado (tese) - Programa de Pós Graduação em Educação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. São Paulo: Autores Associados, p. 223-274, 2005.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez. 2007.
- SOUZA, H. J. de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SUCHODOLSKI, B. **Teoria marxista da educação**. Lisboa: Estampa, 1976.
- TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.
- TONET, I. Atividades educativas emancipadoras. **Rev. Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, 2014.
- VAZQUEZ, A.S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Notas

¹ Doutor em Educação (PPGE/UFPR); Professor na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral no curso de Licenciatura em Educação do Campo; Grupos de Pesquisa: Didática, Práticas Escolares e Publicações Didáticas (NPPD/UFPR) <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2327902259931716> e Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo (MovEcampo/UNICENTRO) <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1047388289808110> ; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/430313355>

4137624 ; Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9906-3989> ; E-mail: adalberto@ufpr.br

² Mestra em Gestão do Território (PPGGeo/UEPG); Doutoranda em Sustentabilidade Ambiental Urbana (PPGSAU/UTFPR); Grupo de Pesquisa: Conservação da Natureza e Educação Ambiental (CONEA/UTFPR) <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9827074471211045> ; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4499044859522106> ; Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9140-8471> ; E-mail: mcomerlattodarosa@gmail.com

³ Considerando a trajetória de Karl Marx, verifica-se o uso do termo “homem” em muitos dos seus escritos, porém entende-se ser sinônimo de “humano”. No entanto este uso deve nos colocar em uma posição de leitura crítica e diálogo em relação ao uso de tal termo, buscando superar todas as formas opressoras e excludentes relacionadas a manifestação de gênero.

Recebido em: 21 de abril de 2021
Aprovado em: 23 de agosto de 2021